

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017
22 DE MARÇO DE 2017, MONTENEGRO/RS

Aos 22 de março de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta e dois minutos, no auditório do Clube Riograndense, localizado na Travessa Carlos Gottseeling, nº 10, Montenegro/RS, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública nº 001/2017, conforme a convocação realizada por meio do Comunicado Relevante nº 3, de 16 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 17 de março de 2017, sessão 3, página 97, e nos dias 01 de fevereiro, 06 de março, 10 de março e 11 de março do corrente ano, publicado nos jornais de grande circulação Correio Brasiliense, o Estado de São Paulo, Zero Hora de Porto Alegre e o Informativo do Vale. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da BR- 101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR-101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101 (A) (Osório) até o km 98; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290. Na sequência, foi formada a mesa da Audiência Pública composta pelo senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, Presidente Substituto da audiência e Ouvidor da ANTT; a senhora Luciana Faria Cortonesi, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Stéphane Quebaud, representante da Diretoria Geral da ANTT, o senhor Marcelo Fonseca, assessor do Diretor Geral e apresentador da proposta, o senhor Alexandre Trarbach, representante da Procuradoria Federal junto à ANTT e ainda, o senhor Fábio Freitas, representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Inicialmente, o Presidente da Audiência registrou a presença de autoridades, como o senhor Pedro Westphalen, Secretário de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, o senhor Luiz Américo Aldana, Prefeito do município de Montenegro/RS e o Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o senhor Adão Villaverde. Em seguida, fez a leitura dos procedimentos conforme a Resolução ANTT nº 3.705/2011 e a Deliberação ANTT nº 25, de 30 de janeiro de 2017, e passou a palavra ao senhor Marcelo Fonseca, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Os valores de tarifa e a quantidade de praças de pedágio também foram expostas aos presentes. Após a apresentação e de acordo com os procedimentos estabelecidos, foi realizado um intervalo de quinze minutos para o recebimento das contribuições por escrito e inscrições para as manifestações orais. Ao término do intervalo, o senhor Presidente informou aos presentes que os esclarecimentos às manifestações seriam realizados em blocos pela mesa diretoria, após um determinado número de inscritos. Assim, iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral, chamando o Deputado Estadual, o senhor Adão Villaverde que relatou sobre a decisão da casa Legislativa do Rio Grande do Sul em acompanhar o modelo de pedágio apresentado na proposta, sendo favorável à duplicação da rodovia BR-386. Mencionou ainda, sobre o modelo de pedágio proposto, demonstrando preocupação com o alto custo, sendo quatro praças de pedágios no trecho da rodovia BR-386, número bastante significativo para a população e sugeriu construir alternativas para o modelo de pedágio que está sendo proposto. Em seguida, foi chamado o senhor Pedro Westphalen, Secretário de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul que se dirigiu ao púlpito manifestando apoio ao projeto de concessão proposto e sugeriu que o governo buscasse alternativas para o atendimento às demandas dos usuários. O senhor Presidente chamou, em continuidade aos inscritos para manifestação, o senhor Prefeito do Município de Montenegro/RS, Luis Américo Aldana, que demonstrou o apoio ao projeto e relatou sobre a segurança e a melhoria de acessos dispostos no projeto, proporcionando a melhoria na qualidade de vida da região. A seguir a palavra foi concedida ao senhor Deputado Estadual Vinícius Ribeiro, que demonstrou preocupação a respeito do alto custo logístico da região. Questionou ainda sobre o prazo de concessão de 30 anos apresentado nos slides, onde os estudos são de apenas

15 anos. E ainda, sobre a modelagem de concessão, questionando sobre a contrapartida da futura concessionária, bem como o custo do pedágio para atendimento aos parâmetros de desempenho. Relatou ainda a preocupação na quantidade de praças de pedágio do projeto, não concordando com o início das obras em doze anos. Mencionou também, sobre a necessidade de discussão do projeto com a comunidade, prefeitos e demais interessados para adequar às necessidades. Logo depois, foi chamado o senhor Deputado Estadual Gilmar Socella, que afirmou coordenar na Assembleia Legislativa duas grandes Frentes, a Frente da Duplicação da BR-386 e também da BR-470, e informou que não se deve ter pressa nesse projeto e que a União não está participando com nada, sugerindo que a população deveria pagar a conservação e a União fazer o investimento necessário, sugerindo também a criação de um grupo de trabalho com os COREDES que são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Em seguida foi chamado o senhor Deputado Estadual Juliano Rosa, que informou que se trata de um pedágio por sessenta anos e sugeriu discutir um pedágio por dez anos e caso a concessionária cumpra todos as etapas, renova-se por mais dez. Informou ainda que para ir trabalhar na Assembleia Legislativa precisará passar por quatro praças de pedágios na rodovia, pois mora em Passo Fundo e que esse modelo não serve à população, além disso o Governo Federal atual não em legitimidade e se deveria esperar um novo Presidente da República eleito pelo voto popular que possa fazer essa discussão. Informou ainda que entrará com ações judiciais se forem necessárias para impedir que o estado tenha um atraso de sessenta anos que vai elevar a encarecer o produto na agricultura, no supermercado, na produção para o povo trabalhador e para os caminhoneiros que vão pagar essa conta. O próximo a ser chamado para se manifestar foi o Vereador do município de Montenegro/RS, senhor Joel Kerber que se posicionou contra o modelo de concessão apresentado. Também demonstrou preocupação com a quantidade de pedágios, considerando um custo alto com poucos benefícios. Considerou sobre a necessidade de tarifas justas e adequadas, melhorando a contrapartida para o município de Montenegro. Ao término da manifestação, o senhor Presidente chamou o senhor Cristiano Braatz, Vereador do município de Montenegro, que considerou que o formato do edital não estava adequado, sendo necessário mais discussão e a necessidade de ampliar o debate. Agradeceu a presença de todos os presentes e solicitou que a região de Montenegro não seja prejudicada com o projeto de concessão. O próximo a se manifestar foi o Vereador de Montenegro, o senhor Felipe Kinn da Silva, relatando ter conhecimento do projeto há apenas três meses e que Montenegro não sabia das audiências públicas, nem sobre o projeto. Considerou que Montenegro está “pagando a conta” de outros municípios, pois o projeto apresentado interfere na economia da cidade, trazendo prejuízos. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Emanuel de Jesus, Prefeito do município de Taquari, relatando que o modelo de concessão da forma que está não poderá ser aceito, sendo necessário o aumento da discussão. Questionou sobre o cálculo da tarifa e como o valor da tarifa irá impactar para os motoristas de caminhão. Considerou também a respeito da concentração de investimentos, que permanecerá na região metropolitana. Na sequência, o próximo a ser chamado foi o senhor Ricardo Alemar Rodrigues, que iniciou sua explanação demonstrando preocupação em relação ao mercado de turismo na região se manifestando contra o pedágio, sendo necessário repensar o modelo. Ressaltou ainda sobre a memória de cálculo em relação ao valor apresentado para o pedágio, considerando importante a redução do custo e do número de praças de pedágio no trecho rodoviário proposto. O próximo a ser chamado pelo senhor Presidente foi o Deputado Estadual, Tarcísio Zimmermann que reforçou os impostos já pagos pelos brasileiros, a quantidade de rodovias pedagiadas no país e ressaltou que a quantidade de investimento não é tão grande assim para o projeto, o que não atenderá a todas as necessidades. Mencionou ainda sobre a necessidade de discussão de uma declaração de intenções, realizando novas audiências públicas com uma nova proposta, sem pressa, com mais tempo para o debate. O Policial Rodoviário Federal, Ronaldo Brito, chamado na sequência, desistiu de sua manifestação, sendo chamado o senhor Sepe Campos, advogado e Presidente da OAB, sessão Montenegro, que se manifestou contra o pedágio considerando que não adiantaria mudar o modelo. Ressaltou sobre o horário da sessão presencial realizada na cidade, onde considerou que a população não pode participar, tendo em vista a sessão ser no período da tarde. O senhor Leandro da Rosa, Vereador de Taquari, chamado na sequência, iniciou a sua explanação cumprimentando a todos da mesa e agradeceu aos presentes e fez questão de declarar que, por ter participado das outras sessões presenciais pode observar alguns avanços em relação ao projeto apresentado nas outras sessões anteriores. Manifestou-se contra o modelo apresentado para o trecho da rodovia BR-386. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor André Luiz Klein Fernandes, Diretor Geral da Distribuidora de Confeções Montenegro que mencionou sobre o valor do pedágio, considerando que o profissional é que vai pagar a conta, e, se não houver outra alternativa ao pedágio que a tarifa

seja adequada para a região. Ressaltou também sobre o tempo de concessão e que o município de Montenegro é “esquecido na hora dos investimentos e lembrado na hora dos pedágios”. O Presidente da sessão agradeceu as palavras e esclareceu aos presentes que a mesa manifestar-se-ia sobre algumas considerações realizadas anteriormente. Assim, o senhor Stéphane Quebaud informou que, sobre a falta de acesso e a memória de cálculo manifestada pelo senhor Ricardo, no portal da ANTT está disponível um conjunto de documentos, tais como estudos de engenharia, estudos de tráfego, planilhas, onde é possível encontrar os dados questionados. Em relação a como é feito o cálculo da tarifa, questionado pelo senhor Prefeito, Stéphane informou que é feito um levantamento de tráfego, melhorias, manutenção, pavimento, equipamentos, custos operacionais e, que o cálculo para o projeto também está disponível no portal da ANTT. Em relação à necessidade de ajustes dos estudos apresentada pelo senhor Secretário, o governo já se manifestou a favor em relação aos ajustes e a localização das praças de pedágio estão sendo revistas. O senhor Stéphane também citou a isenção de pedágio para os veículos de um determinado município, onde a futura concessionária pode conceder isenção mediante um acordo com a Prefeitura. Sobre a questão de segurança, manifestada pelo senhor Prefeito de Montenegro, esclareceu que é realizado um monitoramento constante por meio de um circuito fechado de TV, o que coíbe a ação de tráfego de drogas e demais ações. Em seguida, o senhor Fábio Freitas, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, esclareceu aos presentes que o governo vem discutindo concessão há pelo menos quatro anos e o projeto em tela a pelo menos dois anos. Salientou também que a modelagem apresentada segue o modelo de todas as concessões e quantidade de investimento está relacionada com a quantidade de fluxo de veículos do trecho rodoviário. Conforme há um aumento de investimento há um aumento no valor da tarifa, mas que a concessão é um grande instrumento para o investimento em infraestrutura logística para o país. Reforçou que o valor da tarifa de pedágio é um cálculo matemático e que não existe pressa para a finalização do processo, pois é necessário seguir um rito processual. Em seguida, o senhor Marcelo Cardoso esclareceu sobre o prazo de quinze anos exposto em sua apresentação, sendo demonstrado em um único slide, o que trata de empregos, os demais constam trinta anos. E, que a prorrogação de contrato poderá ser por até trinta anos a mais, de acordo com a Lei de Concessões. A previsão está condicionada à Lei e à época e estão previstas novas audiências públicas para verificar se haverá a prorrogação do contrato ou não, reforçando que não há prorrogação de contrato imediata. Ao término dos esclarecimentos realizados pela mesa diretora, o senhor Presidente procedeu com a continuidade das manifestações, chamando o senhor Vereador de Montenegro, Juarez Vieira da Silva, que questionou sobre o preço em que o projeto vai acontecer. Ressaltou que o Governo está se ausentando do seu trabalho e assim sugere a realização de concessões com alto custo do pedágio fazendo com que o contribuinte pague a conta. Manifestou-se contra o pedágio e contra o modelo apresentado; que seja melhor estudado e melhor calculado pois acredita que não irá atrair investidores. O próximo a ser chamado foi o senhor Marquinho Lang, e por não estar presente, foi chamado o senhor Valdir João Kleber, da Associação Comercial e Industrial de Montenegro e Pareci Novo, o qual reforçou sobre o custo individual que onera o setor produtivo com os pedágios já existentes que considera necessário melhoria das estradas, mas sem o aumento do custo para os empresários. Reforçou também sobre a necessidade de mudanças no projeto, com valores da tarifa mais adequados, a redução do tempo para as melhorias e duplicação do trecho, principalmente na região de Estrela e sobre a necessidade de balanças no trecho rodoviário. De qualquer forma, compartilhou a respeito da limitação do orçamento do governo. Ainda em continuidade às manifestações orais, foi chamado o senhor Valter Robalo, Secretário de Obras da Prefeitura de Montenegro que ressaltou sobre os acidentes e mortes nas rodovias brasileiras, manifestando-se a favor do pedágio e da importância do monitoramento realizado nas rodovias concedidas. Ainda, sobre as ambulâncias que são responsabilidade das concessionárias, desonerando os municípios com o uso do SAMU. Encerrou sua manifestação agradecendo a realização da sessão presencial no município de Montenegro e pediu desculpas pela falta de respeito de alguns presentes declarando a posição favorável da administração de Montenegro. Foi chamado em seguida o senhor Antônio Airton Quadros, Presidente da OMAC, que demonstrou insatisfação em relação ao horário de realização da sessão presencial e contra a instalação de pedágios. Mencionou que a classe trabalhadora não foi ouvida e que haverá um aumento do custo da produção local. O senhor Ronaldo Lazzarotto, funcionário público, também salientou sobre o horário da sessão e é terminantemente contra os pedágios. Em sequência, o senhor Edgar Tassoni, Assessor da Assembleia Legislativa, dirigiu-se ao púlpito e manifestou sua discordância em relação ao projeto, ressaltando que não gera empregos e prejudica os municípios, sendo necessário alterar o valor do frete. Considera necessária mudança de localização da praça de pedágio em Montenegro

em função de rota de fuga e solicitou a realização de uma audiência pública na região centro sul do Estado. A seguir, foi chamado o senhor José Moacir Peres, Chefe de Gabinete da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que solicitou a extensão do trecho a ser concedido até Iraí. Considerou importante uma conversa com demais prefeitos e sugeriu melhorias na concessão, não sendo possível esperar alguns anos para se ter melhorias, pois estas devem ser feitas imediatas. Manifestou-se contra o posicionamento atual das praças, sendo necessário mais discussões para um consenso final. Na sequência, o senhor Vereador de Soledade, Gustavo Baldissera salientou que melhorias em pontos críticos do trecho podem ser aceitas e que será necessário contemplar o município de Soledade com obras importantes, tais como uma passarela a mais, totalizando três e que as obras sejam feitas imediatamente após a assinatura do contrato de concessão. E ainda, mencionou sobre a instalação de redutores eletrônicos no trecho que compreende o município de Soledade e a construção imediata de ruas laterais. Sobre o sistema de iluminação considerou necessário deixar mais claro no item 3.1.8 do PER, sendo importante deixar expresso o local de instalação. Dirigiu-se ao púlpito o senhor Jair Trautmann, consultor da cidade de Soledade, que citou sobre a drenagem da rodovia BR-101 e que não tem fundamento uma rodovia com trecho interrompido após uma grande chuva e a necessidade de redução de acidentes na região. O senhor Presidente chamou em seguida o Policial Militar Edar Borges que, por não estar presente, foi chamado o senhor Rafael José Altenhofen, cidadão, que se pronunciou sobre a necessidade de acessibilidade local, questionou sobre a realização da audiência pública para algo que já foi decidido pelo governo e sobre a devolução de outros impostos se o trecho rodoviário for concedido. Salientou sobre o momento atual do país, onde a corrupção está em todos os níveis com um viés econômico, tendo em vista a falta de investimentos em outros modais. Foi chamado o senhor André Luis de Oliveira, jornalista, mas estava ausente. Por fim, ao término do pronunciamento dos inscritos, o senhor Presidente questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação e o senhor Sepe Campos dirigiu-se ao púlpito para sua contribuição, o qual relatou sobre a preocupação com a situação logística e reforçou sobre a necessidade de realização de Audiência Pública em Rio Verde. O senhor João Batista também solicitou a palavra e questionou sobre o respeito das pessoas e a necessidade da União em relação aos prejuízos, fazendo com que a população pague uma alta carga de impostos tendo em vista a corrupção no país e que não suporta mais pagar pedágios. Ao término da manifestação, o senhor Presidente esclareceu sobre o local de realização da sessão presencial, observando a presença de cadeirantes no local onde não havia acessibilidade adequada. Ressaltou que o cerimonial da ANTT procurou um local adequado, com acessibilidade e tamanho adequado para comportar o grande número de presentes, mas não foi encontrado nenhum local que atendesse às duas exigências. A ANTT procura os locais mais adequados para realização das sessões presenciais de suas audiências públicas, pediu desculpas aos presentes, mas no município de Montenegro, o clube Riograndense era o único local disponível. Passou a palavra ao senhor Stéphane que esclareceu sobre a fiscalização do serviço realizado pelas concessionárias, em atendimento à Lei nº 8.987, art. 30, que trata sobre a criação de um Grupo Paritário de Trabalho (GPT) para fiscalizar os trechos concedidos. Em relação ao projeto apresentado salientou sobre a existência de quatro balanças, sendo uma delas próxima ao Polo Petroquímico. A respeito da instalação de radares, inicialmente, nos estudos é previsto uma quantidade e a nova concessionária após a assunção deverá propor nova quantidade para instalação e a Polícia Rodoviária Federal aprova os locais e quantitativos para instalação definitiva. No momento, o projeto prevê um radar na entrada e um na saída do município de Soledade. Tratando-se da iluminação, o projeto prevê a recuperação do sistema na faixa de domínio. O senhor Fábio mencionou sobre a rodovia BR-163, sendo diferente da maioria das rodovias federais concedidas, pois, com o projeto de ferrovia previsto para aquela região o tráfego na rodovia será reduzido o que inviabiliza qualquer projeto de concessão baseado no tráfego de veículos, mas que o projeto ainda está em estudo e que não há interesse privado sobreposto ao interesse público. Agradeceu a presença de todos e colocou o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil à disposição de todos. O senhor Marcelo Fonseca solicitou a palavra ao senhor Presidente esclarecendo que o empreendimento da concessão envolve muitos riscos, sendo o principal a queda de demanda, além do risco de financiamento, do licenciamento ambiental e do desconto de reequilíbrio (fator D). A respeito do aumento do trecho a ser concedido até Iraí, não há estudos sobre o trecho, sendo necessário a realização de estudos para verificar a viabilidade, mas que é possível analisar a inclusão do trecho. Declarou ser contra o modelo de pedágio praticado anteriormente no Estado do Rio Grande do Sul e considera necessário que a população se manifeste ao governo, cobrando esclarecimentos a respeito do modelo apresentado à época. Ao término das palavras do senhor Marcelo, o senhor Gustavo Baldissera solicitou nova intervenção e

fez outra contribuição em relação ao item 3.1.8 do PER sobre a complementação do sistema, no PER não fala em implementação do sistema de iluminação, sendo necessário a revisão do texto e ainda, sobre a importância em antecipar a construção das passarelas. O senhor Presidente agradeceu a manifestação e passou a palavra ao senhor Stephane que esclareceu que o texto do PER será revisto e sobre as passarelas vai tentar fazer o possível para antecipar a construção, mas que a passarela só faz sentido com uma pista duplicada, por experiência em outros contratos de concessão. Por não haver mais nenhuma manifestação, o Senhor Presidente informou que a Ata do evento realizado e o Relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no endereço eletrônico da ANTT, www.antt.gov.br, Audiência Pública nº 001/2017. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 22 de março de 2017.

Leonardo Mesquita Cavalcanti
Presidente Substituto

Vinicius Magnus A. T. de A. Lima
Secretário